

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo Class.: 1288

Data: 14/01/90 Pg.: 24

Garimpeiros entregam pista

PAAPIÚ — A pista do Paapiú, a 500 quilômetros de Boa Vista, foi entregue ontem pela União dos Garimpeiros da Amazônia legal ao diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, selando assim o acordo da Operação Canaimé. Os cerca de 25 mil garimpeiros que trabalham em terras dos índios ianomamis têm prazo de 30 dias a partir de quarta-feira para retirar-se, levando máquinas e aparelhos. Onde houver resistência, já ventilada pelos seis mil homens espalhados pela região do Baiano Formiga, aos pés da Serra de Surucucus, Romeu Tuma disse que o tratamento será de forma diferente.

O posto central da operação será no Paapiú, área que os garimpeiros estão abandonando desde o início do mês porque o ouro está diminuindo. Os poucos que restavam ontem pelas cantinas improvisadas da pista de pouso só tinham uma preocupação: "Você já está pronto para ir embora?" perguntou Tuma ao garimpeiro Gilberto Martins de Souza. Sentado num galão de combustível e com expressão desolada ele respondeu que há dez dias está passando fome. "O

patrão nos abandonou", afirmou ele, querendo saber como pagaria a passagem até Boa Vista (quatro grammas de ouro), cerca de NCzs 1.500,00.

Tuma garantiu ao garimpeiro que ele iria sair logo. A retirada será feita pelos aviões que servem ao garimpo, sob os olhares dos agentes federais. Permanecerão no Estado 200 policiais para impedir viagens entre a capital e os garimpos. Só será permitido o transporte de alimentos. "O piloto que desobedecer será preso e o avião apreendido", avisou Romeu Tuma.

O diretor-geral da PF também conversou com o índio tuxaua, João David, que afirmou: "Os garimpeiros podem sair, estão dando muita doença". João David é citado num relatório do Ministério da Justiça como cobrador de taxas (atualmente de NCzs 200,00) dos aviões que poustavam a cada minuto na pista do Paapiú. De longe, de borduna na mão, estava outro tuxaua, Iiti, que sempre pediu a saída dos garimpeiros.

"Garimpeiro só dava besteira e muita coisa nós não recebíamos", lamentou-se João

David que, no sábado, perseguiu e quase agrediu com uma borduna o repórter da televisão italiana, Geovanni Caporazzeo. Ontem ele passeava de facão na mão, mas livre dos efeitos do caxiri (preparado forte de mandioca), provavelmente misturado com pinga.

As latas de cerveja apreendidas pelos policiais federais nas cantinas do Paapiú eram símbolo dos males causados aos ianomamis nos últimos anos. Contra esses males, os índios contam agora com a reordenação da operação, que sacramentou o projeto Meridiano 62, insistentemente proposto pelo governador Romero Jucá nos últimos seis meses, desde que um decreto federal destinou 19 áreas do noroeste de Roraima aos índios ianomamis. O decreto diminuiu para cerca de dois milhões de hectares a área reivindicada de nove milhões e destinou aos garimpeiros três reservas de 665 mil hectares no total. Os garimpeiros discordam de Jucá, porque atualmente as pistas conhecidas onde existe ouro estão todas em áreas indígenas.

Remoção para florestas é decisão antiga

BRASÍLIA — A decisão de abrir as florestas nacionais de Roraima para os garimpeiros não foi tomada nesta semana nem representa uma prova de eficiência e rapidez do governo para resolver um problema social delicado, como garantem as autoridades. O projeto já existia, pronto e pormenorizado, nas gavetas do chefe do gabinete militar general Bayma Dennis, dos ministros Vicente Fialho e João Alves e do governador de Roraima, Romero Jucá Filho, desde agosto do ano passado. O fator que determinou a decisão foi um rolo de papel que chegou às mãos do governador Jucá, em Boa Vista, em meados do ano.

Tratava-se de um mapa, elaborado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que apontava todos os pontos ricos em ouro existentes nas florestas nacionais do Estado. Esse mapa foi levado por Jucá ao Sindicato dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal), liderado pelo polêmico José Altino Machado, que concordou com a alternativa sob uma condição: os garimpeiros sairiam das terras dos índios, mas seriam reassentados nas florestas, em locais escolhidos por eles próprios.

O governador foi encarregado de ir a Brasília para tentar convencer a Funai, o Ibama e os ministérios, principalmente o Ministério da Justiça, cujo titular na época, Oscar Dias Corrêa, estava ameaçando mandar tropas militares para tirar os garimpeiros da área ianomami. Corrêa recuou imediatamente. A Funai e o Ibama não. Tanto o presidente da Funai, Íris Pedro de Oliveira, quanto o do Ibama, Fernando César Mesquita, nas intermináveis rodadas de reuniões no Ministério das Minas e Energia (MME), consideraram a proposta prejudicial aos índios e ao meio ambiente.

Oliveira e Mesquita foram derrotados. Em 25 de julho, diversos órgãos federais reunidos no MME resolveram permitir que as florestas nacionais de Roraima, que cercam a terra dos índios, fossem transformadas oficialmente em áreas garimpeiras. O plano não foi colocado em prática porque o governo esperava um momento adequado, já que imaginava uma reação contrária por parte dos movimentos indígenas e ecológicos nacionais e de instituições internacionais. O momento surgiu agora, com o inchaço dos garimpos e a morte de centenas de ianomamis.